

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-579/2022/PGJ, DE 30.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	2	31.8 a 1.9.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-580/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

ORTARIA Nº e-581/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Nicolau Bacarji Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-582/2022/PGJ, DE 30.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-584/2022 - PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Nicolau Bacarji Junior 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 20.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-596/2022 - PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio André David Medeiros 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 24.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2022.

Proposta de concessão do “Colar do Mérito Manuel Ferraz de Campos Salles”, apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça, aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul Alexandre Lima Raslan e Jaceguara Dantas da Silva, e ainda, ao Excelentíssimo Senhor Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Promotor de Justiça do Ministério Público do Pará e Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Conamp. **Em votação, o Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, aprovou a proposta apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça.**

7. Processo da Comissão de Regimento e Normas:

7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00003645-9.

Assunto: Proceder à alteração da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 09 de setembro de 2010, com o fim de analisar e colher informações e documentos pertinentes a subsidiar a atuação do Procurador-Geral de Justiça, alusiva ao artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a proposta de alteração da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 09 de setembro de 2010, com o fim de analisar e colher informações e documentos pertinentes a subsidiar a atuação do Procurador-Geral de Justiça, alusiva ao artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00000416-7.

Assunto: Alteração da Resolução nº 18/2010-PGJ, no que concerne às atribuições das Promotorias de Justiça de Coxim-MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 18/2010-PGJ, no que concerne às atribuições das Promotorias de Justiça de Coxim-MS, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGA 09.2022.00003027-6).

Deliberações: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande, 30 de maio de 2022.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 09/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00000438-9

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Guarda Mirim de Dourados – Dr. João Adolfo Astolfi, representado por seu Presidente, João Gutemberg Pessoa Frazão.

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 06 de abril de 2022.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Poltronas	7
2	Cadeiras	3
TOTAL DE ITENS		10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000314 DE 27.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004904-3**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Julean Decorações Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000314 de 27.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000315 DE 27.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004904-3

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Julean Decorações Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000315 de 27.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE002310 DE 27.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00003625-9**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Flex Office Comércio de Produtos para Escritório Eireli.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 069/SAD/2021-1 - Pregão Eletrônico nº 043/2021, oriundo da Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Aquisição de mobiliários de escritórios para atender as demandas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 882.150,00 (oitocentos e oitenta e dois mil cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE002310 de 27.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000316 DE 30.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004867-7

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000316 de 30.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000317 DE 30.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004867-7

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000317 de 30.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000318 DE 30.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004867-7

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000318 de 30.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 173/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/2211/2021

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- CONFIANÇA SOLUÇÕES EIRELI, representada por **Arnaldo Rubio Neto**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 - Ata de Registro de Preços nº 33/PGJ/2020.

Amparo legal: Cláusula Décima, item 10.1.1, do Contrato nº 173/PGJ/2021, com fundamento no artigo 78, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 173/PGJ/2021 diante da impossibilidade de entrega do objeto contratado.

Data de assinatura: 27 de maio de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2022.00005203-7**

Requerente: 32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

Requeridos: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, Hospital do Câncer Dr. Alfredo Abraão e Hospital Adventista de Campo Grande (Matriz).

PORTARIA 0011/2022/32PJ/CGR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demaís procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde-SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o artigo 10, I, “e”, da Resolução 018/2010, com sua redação alterada pela Resolução 004/20013-CPJ, de 9.07.2013, atribui à 32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande a fiscalização do cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, *“notadamente a regularidade, necessidade e execução dos convênios e contratos*



firmados entre o Sistema Único de Saúde - SUS e entidades sem fins lucrativos e filantrópicas, além daquelas entidades de iniciativa privada e profissionais liberais voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como o cumprimento do disposto no artigo 38 da lei supra";

CONSIDERANDO a PORTARIA GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022, publicada pelo Ministério da Saúde, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

CONSIDERANDO que a Portaria GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022, estabelece que para a habilitação permanente dos leitos especificados, os Gestores de Saúde terão o prazo de 06 (seis) meses, a contar da sua publicação, para inserção de proposta de solicitação dos respectivos leitos, no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde – SAIPS;

CONSIDERANDO que consta na mencionada Portaria a habilitação de 18 (dezoito) leitos de UTI Adulto, Tipo II no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul; 06 (seis) leitos de UTI Adulto, tipo II no Hospital do Câncer Alfredo Abraão e 10 (dez) leitos de UTI Adulto, tipo II no Hospital Adventista de Campo Grande - Unidade Matriz;

CONSIDERANDO que, nessa premissa, é imperiosa a instauração deste Procedimento Administrativo visando acompanhar as habilitações permanente de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II pelos gestores de saúde do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, Hospital do Câncer Dr. Alfredo Abraão e Hospital Adventista de Campo Grande;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público de Mato Grosso do Sul/ 32ª Promotoria de Justiça da Saúde

OBJETO: Acompanhar a habilitação permanente de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, pelos gestores no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, Hospital do Câncer Dr. Alfredo Abraão e Hospital Adventista de Campo Grande;

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos o servidor *Carlos Alberto Arguelho*, Técnico I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;

II) Encaminhe a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) COMUNIQUE-SE ao CENTRO DE APOIO OPERACIONAL – MP/MS acerca da presente instauração;

IV) EXPEÇA-SE OFÍCIOS à DIREÇÃO DOS SEGUINTE HOSPITAIS: HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, HOSPITAL ADVENTISTA DE CAMPO GRANDE (UNIDADE MATRIZ) E HOSPITAL DO CÂNCER ALFREDO ABRAÃO DE CAMPO GRANDE – *instruídos com cópia da presente Portaria de Instauração e da Portaria GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022*)

1. Informando-os que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenham interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);

2. Solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, as seguintes informações e documentos: sobre a Proposta de solicitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, conforme dispõe a PORTARIA GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022, emitida pelo Ministério da Saúde; apresentem demais informações, documentos e esclarecimentos que julgar cabíveis.

V) EXPEÇA-SE OFÍCIO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - *Instruídos com cópia da presente Portaria de Instauração e da Portaria GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022*)

1. Informando-os que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenham interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);



2. Solicitando, *no prazo de 15* (quinze) dias úteis, as seguintes informações e documentos: sobre a inserção da Proposta de solicitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS, conforme dispõe a PORTARIA GM/MS n. 220, de 27 de janeiro de 2022, emitida pelo Ministério da Saúde; apresentem demais informações, documentos e esclarecimentos que julgar cabíveis.

VI) Vinda as respostas, junte-as imediatamente aos autos;

VII) Certifique o decurso do prazo, caso não venha réplicas respectivas

VIII) Após cumprido os itens retro, retorne os autos conclusos para análise e ulterior deliberação.

Campo Grande-MS, 27 de maio de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA
32ª Promotoria de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0014/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005184-9, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005184-9

Requerente: Ministério Público

Requerido: Prefeitura Municipal de Batayporã

Assunto: Acompanhar o cumprimento das obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00002180-0.

Batayporã, 30/05/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 0015/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00004782-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004782-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Escola Estadual Dr. Martinho Marques

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a reforma no prédio da Escola Estadual Dr. Martinho Marques, no município de Taquarussu/MS - exercício 2022.

Batayporã, 30/05/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça Substituto

**EDITAL Nº 0016/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00004652-4, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004652-4

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Taquarussu

Assunto: Acompanhar o cumprimento das obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2016.00001337-9, no que tange à estruturação da Procuradoria do Município de Taquarussu Exercício 2022.

Batayporã, 30/05/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 0017/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00003685-9, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003685-9

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a reforma no prédio da Creche Municipal Shiozo Takahashi, no município de Batayporã/MS – exercício 2022.

Batayporã, 30/05/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça Substituto